



ACÓRDÃO Nº1314/2021– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12212/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Escola de Serviço Público Municipal e Inclusão Socioeducacional - ESPI
- 4- **Responsável:** Maria Stela Brito Cyrino (Ordenador de Despesa)
- 5- **Exercício:** 2019
- 6- **Advogado:** não possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4595/2021-DMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Escola de Serviço Público Municipal e Inclusão Socioeducacional - ESPI. Exercício de 2019.

Regularidade. Quitação. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular** a Prestação de Contas Anual da Escola de Serviço Público Municipal e Inclusão Socioeducacional – ESPI, referente ao exercício de 2019, de responsabilidade da **Sra. Maria Stela Brito Cyrino**, Diretora Geral da Escola de Serviço Público Municipal e Inclusão Socioeducacional - ESPI e Ordenadora de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso I, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso I, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.2. **Dar quitação à Sra. Maria Stela Brito Cyrino**, Diretora Geral da Escola de Serviço Público Municipal e Inclusão Socioeducacional – ESPI e Ordenadora de Despesas, à época, nos termos dos artigos 23 e 72, inciso I, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso I, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº1314/2021– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.3. Determinar à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

10.3.1. Ausência dos Balanço Orçamentário, do Demonstrativo do Ativo Permanente de Bens Móveis e Imóveis e do Demonstrativo de Variações Patrimoniais, conforme consta na Resolução n.º 04/2016-TCE, em seu artigo 2.º, incisos VIII; XVII e XIII;

10.3.2. A ESPI não possuía cobertura financeira para quitação de suas obrigações financeiras, e portanto, não houve atendimento ao Princípio do Equilíbrio das Contas Públicas, expresso no §1º do artigo 1º da Lei Complementar nº 101/2000.

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 41ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 9 de Dezembro de 2021.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr.João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral